



REVISTA UNIFICando Saberes

Volume 2, número 2 – 2023

ISSN: 2965-9442

Editor Científico: Priscilla Rodrigues Santana

Avaliação: Melhores práticas editoriais da ANPAD

A ESCOLHA PELA NÃO MATERNIDADE E SUA INFLUÊNCIA NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE FEMININA

Jackeline Santos Gois Universidade São Judas Tadeu jackeline.mux@gmail.com
Giulia Maria Soares Domingos Universidade São Judas Tadeu giuliamaria85@gmail.com
Juliana de Cássia Leonel Universidade São Judas Tadeu juliana.leonel@saojudas.br

RESUMO

O presente artigo consiste em uma revisão bibliográfica que promove a análise dos papéis imputados e ocupados pelas mulheres no decorrer dos anos em função de diversos contextos históricos e sociais, e qual a influência desses papéis na interação entre as expectativas sociais e a tomada de decisão da mulher contemporânea em relação à escolha pela não maternidade, além da maneira como é constituída a identidade feminina em contato com este cenário.

Palavras-chave: Mulheres. Não maternidade. Identidade.

Data de recebimento: 30 outubro 2023

Data do aceite de publicação: 30 novembro de 2023

Data da publicação: 30 dezembro de 2023

THE CHOICE OF NON-MATERNITY AND ITS INFLUENCE ON THE PROCESS OF CONSTRUCTION OF FEMALE IDENTITY

ABSTRACT

This article consists of a literature review that promotes the analysis of the roles ascribed to and taken on by women over the years in light of various historical and social contexts, and the influence of these roles on the interaction between social expectations and the decision-making process of contemporary women regarding the choice of not becoming mothers, as well as how female identity is shaped in connection with this scenario.

Keywords: Women. Not maternity. Identity.

1 INTRODUÇÃO

Resgatando os lugares sociais ocupados pelas mulheres e as alterações motivadas pela mobilidade social evidente nos últimos anos, pode-se identificar uma complexa expansão dos conceitos culturais do que se considera “o lugar feminino”. Em contrapartida, ideais que conflitam com as condições da modernidade, coexistem, atribuindo à mulher a maternidade como um fim inevitável. De acordo com Emídio e Hashimoto (2008) a interação desses conceitos conversa diretamente com dois fenômenos: o processo de construção da identidade da mulher contemporânea e sua profunda relação com a escolha pela maternidade e a não maternidade.

Por características biológicas, e também por convenções sociais e políticas patriarcais, a maternidade historicamente foi imputada à mulher como sua principal função de existência. Com ela, diversas habilidades comportamentais e características se tornaram inerentes à feminilidade: ser cuidadosa, acolhedora, delicada, amorosa, organizada, entre outras. De acordo com Pratta & Santos (2007) esse lugar social sustenta uma demanda de controle dos corpos femininos, tornando a “mulher privada”, restrita ao contexto doméstico, e o “homem público”, responsável pelo sustento e pela tomada de decisões dentro e fora de casa. Tais características ditam representações do ideal feminino até hoje, e influenciam diretamente no processo identitário desse grupo.

Com a expansão do alcance no âmbito profissional, político e social novas possibilidades de decisões se tornam pauta na experiência feminina e a possibilidade de escolha pela não maternidade vem se tornando algo possível, porém conflituoso para as mulheres.

Para compreender o papel da mulher na sociedade, torna-se necessário rever os primórdios das estruturas sociais, onde a mulher ocupava uma posição subordinada ou complementar ao homem. Na Grécia Antiga, por exemplo, a fertilidade era algo extremamente valorizado, pois o papel da mulher era voltado à procriação de futuros herdeiros que se tornariam cidadãos do Estado. Além disso, nesta época, a participação feminina em espaços sociais ou intelectuais não era apreciada e muito menos encorajada, pois o público masculino

não as considerava como iguais. Na Idade Média, a função da mulher era ser uma boa filha, uma boa esposa e uma boa mãe, características essas reforçadas pelas crenças religiosas (Magalhães, 1980).

Na época da colonização no Brasil, especificamente no período oitocentista, seguindo os valores patriarcais e escravocratas, as mulheres escravizadas eram vendidas e compradas para alimentar os filhos de seus proprietários, cumprindo um papel de ama-de-leite (Carneiro, 2006). Neste sentido, a função das mulheres brancas não tinha qualquer relação com a responsabilidade afetiva para com os filhos, e sim procriação de herdeiros, a criação, de fato, correspondiam às amas-de-leite (Emídio & Hashimoto, 2008).

Com o nascimento do Estado Moderno no século XVIII, a Revolução Francesa (1789-1799) e seu movimento de revolta social e política, apresentava como lema “liberdade, igualdade e fraternidade”, e mesmo após a Queda da Bastilha e a aprovação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, ainda assim, a constituição francesa não contemplava as mulheres; a partir dessas declarações sobre os princípios de liberdade e igualdade perante a lei, surgiram movimentos que propunham a igualdade da mulher em relação ao homem (Magalhães, 1980).

Ainda no século XVIII, em decorrência do capitalismo industrial, a infância passou a ser vista em função das necessidades econômicas e políticas da época. Para garantir recursos humanos necessários para o trabalho nas indústrias (mão de obra), a sobrevivência dos recém-nascidos se torna interesse do Estado. Neste momento, a mulher se torna pilar da conservação do indivíduo para que este atinja a fase adulta. De acordo com Emídio e Hashimoto (2008) as mulheres que sustentam essa nova função social eram reconhecidas e valorizadas, e esse novo padrão garantiu melhora nos níveis de mortalidade infantil e aumento da natalidade.

Este cenário deu espaço para que se consolidasse a ideia de amor inquestionável, em que a mulher deveria fazer e sacrificar tudo em função dos filhos, conforme salienta os autores:

A idéia de amor implantada na sociedade da época, a de que os cuidados e o carinho da mãe eram insubstituíveis para a sobrevivência e conforto do bebê, fez com que esta mãe passasse a aceitar, cada vez mais, a restrição de sua própria liberdade em favor da vida e saúde do filho; de se relacionar com os sentimentos de pertencimento que apareciam nas relações de mãe e filho e que, muitas vezes, fazem permear conflitos na separação de espaço e do que é do filho e o que é da mãe, mostrando-lhe que, apesar dos sacrifícios, este precisa crescer e se emancipar (Emídio & Hashimoto, 2008, p. 04).

A inserção da mulher no mercado de trabalho ocorreu somente no início do século XIX, mas não era bem vista pela sociedade. Com o desdobramento da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o mundo “autoriza” as mulheres a assumirem os postos de trabalho, antes ocupados por homens, todavia, com o fim da guerra, essas mulheres deveriam retomar ao seu antigo lugar na sociedade – o lar. Tal exigência não foi aceita por algumas mulheres, sucedendo pequenos movimentos de resistência, intensificados na década de 60, com o questionamento da divisão social e seus papéis de gênero (César *et al.*, 2019 citado em Oliveira, 2007).

O lançamento do primeiro anticoncepcional, permitiu a distinção entre as relações sexuais e reprodução humana. Essa inovação ocorreu devido a necessidade de transição demográfica, isto é, as variações nas taxas de natalidade e mortalidade no século XX, assim

como a autonomia que as mulheres estariam conquistando paulatinamente sobre o poder de escolha de suas próprias vidas. A pílula E-novid foi lançada em maio de 1960 nos Estados Unidos (Alves, 2018).

Em 1970, houve uma eclosão do movimento feminista organizado no Brasil, motivado por vários fatos anteriores, tais como: o movimento sufragista iniciado no século XIX na Inglaterra, para reivindicar o direito de votar e ser votada; os debates sobre as condições das mulheres numa perspectiva global, devido ao Ano Internacional da Mulher instaurado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1975; a modernização do país no que diz respeito ao alcance do ensino público e ampliação do mercado de trabalho e o surgimento da pílula anticoncepcional proporcionando a liberdade sexual. Para mais, a oposição a ditadura militar (1964-1985), possibilitou diversos questionamentos acerca do papel social da mulher, sendo assim, as mulheres militantes desta época obtiveram altos custos psicológicos e físicos por rejeitarem o cumprimento do destino imposto a elas, ou seja, renunciaram, por vezes, das tarefas domésticas, do casamento tradicional e da maternidade romantizada, justamente para lutar por seus ideais (Capuchinho, 2019).

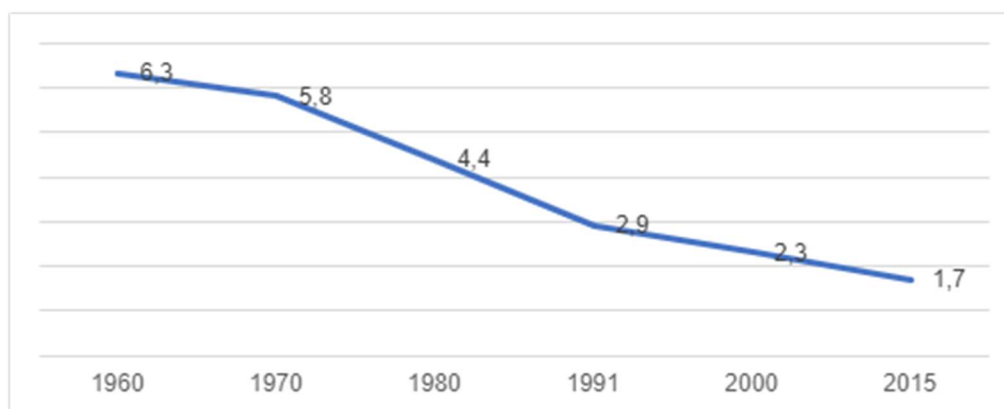
Os escritos de Simone de Beauvoir no século XX, como por exemplo, “O segundo sexo”, possibilitaram rupturas na história feminina, despertando o desejo por emancipação, incluindo o questionamento da maternidade como um determinismo biológico para limitar a posição das mulheres na sociedade. (César *et al.*, 2019 *citado em* Oliveira, 2007).

Considerando as movimentações apontadas, faz-se importante entender quais outros fatores podem influenciar a escolha pela maternidade e não maternidade na contemporaneidade e como os dados estatísticos descrevem essa tendência.

Segundo a teoria da transição demográfica convencional, a taxa de fecundidade tende a cair ao passo que o desenvolvimento econômico evolui, pois os custos relacionados à filiação aumentam devido a industrialização e urbanização, sendo assim, ter famílias numerosas torna-se desvantajoso. (UNFPA, 2018).

No Brasil, o número de filhos decaiu drasticamente. Segundo o IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015), em 1960, a taxa de fecundidade (número médio de filhos que uma mulher teria ao longo de sua vida reprodutiva) no Brasil era de 6,3 filhos por mulher. Daí em diante, o número foi reduzindo: 1970 (5,8), 1980 (4,4), 1991 (2,9), 2000 (2,3). Em 2015 a média caiu para 1,7 - estando abaixo do número de reposição populacional que seria de 2,1 filhos por mulher. A média pode ser calculada pela substituição dos genitores e a fração 0,1 seria essencial para compensar os sujeitos que faleceram antes de atingir a idade reprodutiva.

A ESCOLHA PELA NÃO MATERNIDADE E SUA INFLUÊNCIA NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE FEMININA



O Fundo de Populações das Nações Unidas - UNFPA (2018) elaborou um relatório com o intuito de discorrer sobre os direitos reprodutivos e a transição demográfica. Dessa maneira, a pesquisa expõe que apesar dos últimos avanços, a saúde sexual e reprodutiva estão longe do ideal e a desigualdade econômica, má distribuição da renda, falta de acesso à informação e a precariedade nos serviços de saúde afetam diretamente as taxas de fecundidade.

Vale ressaltar a importância da pauta maternidade e a não maternidade com sua grande inclinação socioeconômica, pois afeta de maneira completamente diferente mulheres de baixa renda. Mulheres estudadas e com melhor progressão profissional possuem menos filhos (média de 0,77 filhos por mulher), representando 20% da população brasileira mais rica. Por outro lado, 20% da população mais pobre, geralmente jovens, com menos estudos, tendem a ter mais filhos (média de 2,9 filhos por mulher), sobretudo, gravidez não planejada. (UNFPA, 2018).

Mulheres de classe média com acesso ao ensino superior tendem a ter uma perspectiva de crescimento profissional que atribui pilares e prioridades diferentes em relação às mulheres periféricas. Conforme Ottoni e Pimenta (2018), as políticas públicas que focam na prevenção baseada no acesso à informação sobre contraceptivos, mas que desconsideram as especificidades dessa população sobre quais as motivações envolvem a concepção sem um planejamento familiar, ocasionando gravidez indesejada.

Ou seja, mesmo que o Brasil tenha apresentado uma queda de natalidade como em outros países e sua taxa de fecundidade esteja abaixo dos níveis de reposição populacional, ainda assim, a população de baixa renda se mantém vulnerável, seja por falta de escolhas, acessos aos serviços públicos ou oportunidades. E, conseqüentemente, essa desigualdade impacta diretamente na saúde pública, como quando é necessário atender mulheres que realizaram procedimentos clandestinos de alto risco, por exemplo. (UNFPA, 2018).

De acordo com pesquisa exploratória qualitativa de Ottoni e Pimenta (2018) verifica-se que a maioria das mulheres da amostra tinham conhecimento sobre métodos contraceptivos antes e depois da primeira gestação, porém, questões voltadas a manutenção do relacionamento, realização do desejo do parceiro e o receio da solidão na velhice foram fatores influentes para os índices de natalidade nessa população.

Devido às transformações socioculturais, atualmente a mulher contemporânea ocupa cada vez mais espaços públicos. A internet e todos os avanços tecnológicos, permitem que as ideias feministas tenham amplos espaços de discussão e reflexão. Temas como violência doméstica, feminicídio, estrutura patriarcal e a maternidade compulsória são frequentes nas redes sociais e grupos reflexivos (César *et al.*, 2019).

Em relação ao mercado de trabalho, a presença feminina atingiu uma média de 54,34% entre os anos de 2014 e 2019, segundo a pesquisa realizada pelo IBRE- Instituto Brasileiro de Economia da FGV - Fundação Getúlio Vargas (2022). Esse alcance pode ser percebido também na política, obtendo influência em lugares de tomada de decisão. Apesar de tantos avanços, ainda hoje, percebemos a disparidade de atuação profissional entre os gêneros, uma vez que a mulher ocupa 20% a menos em relação aos homens que possuem 74,51% de abrangência (FGV-IBRE, 2022). A discrepância pode ser vista também em respeito à remuneração, conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad) de 2019, as mulheres possuem um rendimento de 22,70% inferior aos homens, e esse fenômeno se manifesta de maneira mais expressiva em cargos de liderança.

A manifestação de uma tendência comportamental de um grupo tende a ser uma resposta a alguma exigência social vigente. Para responder a pergunta norteadora “Como a escolha pela não maternidade influencia a construção da identidade feminina?” faz-se necessário entender como se estabelece a identidade de um sujeito.

De acordo com Zanatta (2011), conceito de identidade vem sendo discutido (com outras roupagens) desde o início da filosofia. Na modernidade, se consolidou a partir dos anos 60 como objetivo de investigação das ciências sociais.

Zanatta (2011) ressalta que autores com perspectiva sociológica interacionista entendem que a identidade é constituída a partir do processo de socialização do sujeito.

Quando nos vemos no mundo e nos deparamos com instituições como escola, família, religião e mercado passamos a identificar quais papéis sociais nos cabem. De acordo com Habermas (1983) essa construção é nomeada por “identidade de papel” para que posteriormente seja substituída pela “Identidade do eu” que se caracteriza pela organização da subjetividade em função da objetividade do mundo.

Além disso, tem como caráter ser constante e inacabado, pois nunca termina de se constituir. Tem como traço a transformação, sendo assim, entende-se que o indivíduo nunca conclui sua “identidade”, assim como a coletividade que com o passar do tempo, atribui novas significações e desenvolve novos projetos de ser, conforme afirma Maheirie (2002):

Todo processo de construção deste sujeito é realizado no coletivo e, por ser uma obra de autoria coletiva, em maior ou em menor medida, a história pode lhe escapar. Assim, inserido neste cenário de múltiplas singularidades que se entrecruzam, ele realiza a sua história e a dos outros, na mesma medida em que é realizado por ela, sendo, por isso, produto e produtor, simultaneamente. Ele não a realiza como bem entende, mas também não se constitui como um objeto dela, podendo realizá-la de uma forma mais ou menos alienada, sempre em função de um projeto.

Entende-se que todo papel social tem momento histórico e contexto para se desenvolver, porém, apesar das características biológicas os adjetivos comportamentais atribuídos à mulher em função do conceito mulher-mãe é uma produção da cultura. (Emídio & Hashimoto, 2008).

Este fato não invalida mulheres que sonham ou se dedicam integralmente à maternidade, mas abre espaços para discussões e análises dos conceitos considerados como inerentes e essenciais deste grupo, condição que pode gerar conflitos em quem não os possui.

Eventos como a criação do anticoncepcional, e a progressiva expansão dos papéis sociais atualmente ocupados pelas mulheres, são processos emancipatórios que abrem espaço para debate sobre maiores possibilidades da representação do que seja ser mulher e mãe, baseado também nos interesses do indivíduo e não somente nas necessidades do grupo (Emídio & Hashimoto, 2008).

Sendo assim, este artigo apresentou como objetivo, revisar a literatura acadêmica sobre o tema e explorar quais são os pontos de intersecção entre estudos teóricos e empíricos para contribuir para a resposta da pergunta norteadora: “Como a escolha pela não maternidade influencia o processo da construção da identidade feminina?”.

2 METODOLOGIA

Este estudo tratou-se de uma revisão de literatura, ou seja, um levantamento e análise meticulosa de produções científicas acerca da escolha pela não maternidade e a sua influência no processo de construção da identidade feminina. A estratégia de busca baseou-se em pesquisas utilizando palavras-chaves como: “não maternidade”; “identidade feminina”; “romantização da maternidade” etc., em canais como o Google Acadêmico e pela biblioteca digital Scielo. A pesquisa teve o intuito de identificar tendências sociais e analisar teorias.

A seleção dos materiais de referência foi avaliada de acordo com o nível de relevância para o tema. Foram inseridos apenas os artigos que atendiam aos critérios de inclusão, como estar associado ao tema da revisão e terem sido publicados, preferencialmente nos últimos dez anos. Entretanto, a análise crítica realizada com cada um dos artigos permitiu que três estudos, um de 2003, 2007 e outro de 2012 fossem adicionados ao *corpus* analítico devido sua pertinência na identificação de padrões, novas possibilidades e pontos de convergência ou divergência, tal como os outros estudos selecionados.

A discussão foi conduzida e explorada por meio de categorias e subcategorias que foram apresentadas e consideradas relevantes para compor a reflexão do *corpus* analítico para destacar os principais pontos discutidos. Todas as fontes citadas na revisão de literatura foram referenciadas em conformidade com as normas APA.

3 RESULTADOS

A revisão realizada neste estudo apresentou como objetivo examinar a evolução das teorias sobre “A escolha pela não maternidade e a sua influência no processo de construção da identidade feminina” ao longo do tempo, destacando as principais tendências sociais. A amostra final desta revisão é constituída por evidências empíricas e teóricas de mulheres que optaram pela não maternidade e/ ou seu adiamento, bem como os impactos desse fenômeno na concepção do papel feminino, conforme tabela abaixo:

Nº	Título	Autores	Ano	Tipo de estudo
1	A romantização da maternidade e a culpabilização da mulher	César, Loures & Andrade	2019	Teórico
2	Cinderela de sapatinho quebrado maternidade, não maternidade e maternagem nas histórias contadas pelas mulheres	Machado, Penna & Caleiro	2019	Empírico
3	Relações entre não Maternidade e Sexualidade Feminina: Revisão Integrativa da Literatura Científica	Farinha & Scorsolini-Comin	2018	Teórico
4	Ter ou Não Ter? Uma Revisão da Literatura sobre Casais Sem Filhos por Opção	Silva & Frizzo	2014	Teórico
5	A não maternidade na contemporaneidade: um estudo com mulheres sem filhos acima dos 45 anos.	Fidelis & Mosmann	2013	Empírico
6	"Tem que ser uma escolha da mulher"! Representações de maternidade em mulheres não-mães por opção	Patias & Buaes	2012	Empírico
7	Maternidade: novas possibilidades, antigas visões	Barbosa & Rocha-Coutinho	2007	Empírico
8	Experiências de Mulheres sem Filhos:a Mulher Singular no Plural	Mansur	2003	Empírico

Tabela 1: *Corpus* analítico

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

A literatura científica que aborda o tema, apesar das suas especificidades e ênfases possuem pontos de análise em comuns e abrem discussões pertinentes, e em algum grau complementares, considerando a complexidade do assunto. Os pontos congruentes foram analisados e comparados a fim de enriquecer o debate. As categorias e subcategorias foram sumarizadas da seguinte maneira: I. Ambivalência; II. Identidade; III. Potenciais razões para optar pela não maternidade ((a) Carreira profissional; (b) Abrir mão de si em função do outro; (c) Relacionamentos amorosos); IV. Preconceito e pressão externa.

I. Ambivalência:

O estudo exploratório e descritivo de Fidelis e Mosmann (2013) com mulheres sem filhos acima dos 45 anos, aponta que a pressão social possivelmente seja uma das justificativas dos sentimentos ambivalentes a respeito do desejo ou ausência dele pela maternidade, visto que a não maternidade pode ser percebida como uma quebra das expectativas sociais tradicionais associadas às mulheres. A partir dos resultados colhidos nas entrevistas, as participantes apresentaram características de valorização sobre a maternidade quando, para algumas delas, em um dado momento era um sonho ser mãe, algo maravilhoso e inexplicável. Por outro lado, a desvalorização frente aos medos e as apreensões do que ser mãe significa, devido ao nível de responsabilidade frente a criação, questões financeiras, aumento do trabalho e etc. Vale ressaltar que, nesta pesquisa, os autores identificaram diferentes níveis de ambivalência. As mulheres que já desejaram ser mães apresentaram um grau mais elevado de ambivalência, ao passo que aquelas que nunca manifestaram esse desejo demonstraram um grau menor.

A pesquisa qualitativa realizada por Patias e Buaes (2012) com mulheres não-mães por opção, também averiguou níveis de ambivalência, seja pela possibilidade de mudar de ideia e se tornar mãe futuramente ou por considerar-se apta e boa caso assumisse esse papel. Entretanto, mesmo que para algumas participantes ser mãe seja algo “legal”, também representa um sacrifício, pois torna-se necessária disponibilidade eterna para com o filho, o que consequentemente pode vir a impossibilitar projetos individuais.

Constantemente as mulheres são expostas a políticas simbólicas que as direcionam a maternidade e, ao contrariar as expectativas sociais, consequentemente geram sentimentos conflitantes, onde, para algumas mulheres, ser mãe pode ser uma realização e para outras a sensação de que algo essencial está faltando e que pode vir a causar um sofrimento profundo, conforme aponta Mansur (2003 *citado em* Bonini-Vieira, 1997). E essas pressões e sentimento de culpa advindas da crença generalizada sobre o instinto materno apesar de perdurar nos dias atuais, não possuía a mesma paridade de importância nos séculos passados. (Mansur, 2003 *citado em* Badinter, 1985).

Em convergência com as evidências citadas, a ambivalência de sentimentos em relação a não maternidade continuará a afetar as mulheres em distintos graus e momentos, justamente por opor-se a um modelo social de identidade feminina preestabelecido. Todavia, essa escolha proporciona novas visões do que significa ser mulher na sociedade, na medida em que oferece maior liberdade e participação em outros cenários sociais.

II. Identidade:

Tratando-se de identidade, o artigo de Patias e Buaes (2012 *citado em* Louro, 2007) propõe que as mulheres contemporâneas optaram por se relacionar com ideais de negação das representações culturais dominantes, que tem forte apelo de caracterização do indivíduo pelo gênero, e o gênero por sua vez, definido pelas características biológicas e físicas. Os valores e significados atribuídos ao corpo e consequentemente a inevitabilidade da maternidade se estabeleceram em função de colocar o feminino em lugar privado, para assim, manter a ordem anteriormente estabelecida. Os autores Patias e Buaes (2012) propõem que existe um declínio na rigidez de papéis sociais atribuídos às mulheres, o que amplia as possibilidades de identificação e de constructo identitário.

Outro ponto relevante levantado pela pesquisa qualitativa de Patias e Buaes (2012 *citado em Meyer, 2000*) seria que novas representações de poder se estabelecem, se consolidam, e desta forma preenchem as incompletudes de personalidades inconclusas, que por característica tem estado permanente de construção Patias e Buaes (2012 *citado em Silva, 1999*).

Conforme Patias e Buaes (2012) às entrevistadas na pesquisa de campo apontam inclinações nos discursos dos construtos estabelecidos no século XVIII e XIX, tais como: “*ah, filho é bom, é maravilhoso, é isso, aquilo e aquele outro, mas tu não dorme mais, nunca mais tu vai dormir e depois adolescente ele sai, daí tu não sabe onde ele tá, depois ele se casou e tu se preocupa com os netos, dia eles ficam doentes daí tu tem que cuidar deles*” discurso trazido por mulheres que escolheram pela não maternidade, que elucidam a força da cultura na determinação de visão de mundo. As representações foram validadas por um grupo que escolheu por negá-las, o que justifica a abundante presença da ambiguidade quando diz respeito ao tema. A predominância da ambivalência, acarreta na frustração independentemente da escolha da mulher, pois nunca se sabe quais sentimentos e emoções poderiam ser encontrados do outro lado da moeda. De acordo com Patias e Buaes (2012) às características apontadas proporcionam um solo instável em relação aos referenciais do que é ser mulher.

Os autores Barbosa e Rocha-Coutinho (2007) trazem um rápido comparativo da visão social entre a maternidade e a paternidade, em que a primeira está vinculada à mulher desde o seu nascimento, considerando aspectos como instinto e aparelho reprodutor e o segundo somente toma posse de seu posto após o nascimento da prole. O ponto levantado faz paralelo com a forma como o indivíduo feminino e masculino se relaciona consigo mesmo e com o mundo em todo o seu desenvolvimento. Os autores defendem que a mulher tem determinações biológicas que envolvem a gestação e o parto, a construção relacional com a maternidade pode estar vinculada a outros fatores, como por exemplo, aprendizado social.

De acordo com Barbosa e Rocha-Coutinho (2007) ceder ao desejo do outro já foi considerado pilar da subjetividade feminina, e agora consolidar progressivamente o eu, faz parte das novas práticas exercidas, mesmo que estas acarretam para as mulheres prejuízos nos aspectos sociais e também subjetivos.

No estudo produzido por Farinha e Scorsolini-Comin (2018) destaca-se o protagonismo da sexualidade feminina que conversa amplamente com a construção de identidade, corpo, gênero, poder e desejo. De acordo com o estudo, historicamente o prazer feminino foi desconsiderado, inclusive partindo do pressuposto que a mulher possui menos interesse sexual, o que atribui aos homens poder sobre seus corpos e desejos. A maternidade, a partir do conservadorismo, se torna fator elemental do sexo na vida de uma mulher. O discurso apontado tem grande aceitação ainda hoje, o que corrobora para que a liberdade e prazer sexual seja um fator conflituoso para muitas mulheres.

Segundo Farinha e Scorsolini-Comin (2018) esse lugar abarcado na identidade feminina reforça-se desde o início do seu desenvolvimento, onde o lazer e o brincar estão relacionados com manter a casa limpa e o filho alimentado quando brincam com bonecas, e com utensílios domésticos em formato de brinquedo. De acordo com Farinha e Scorsolini-Comin (2018) para as mulheres não mães a manifestação cuidado se estende aos outros indivíduos para que o atuar em função do cuidar continue como traço da essencialidade feminina Farinha e Scorsolini-Comin (2018 *citado em Leis et al., 2013*).

O estudo de Farinha e Scorsolini-Comin (2018) traz luz à reflexão acerca dos novos modelos de família, sejam elas monoparentais, hétero ou homoafetivas, ampliando a discussão sobre novos protagonistas na relação filial e familiar que não somente encarnados por mulheres-mães. Farinha e Scorsolini-Comin (2018 *citado em* Lima, 2009) reforça que a identidade feminina se constitui de maneira multifacetada e envolve “sexualidade, vida profissional, amor e a escolha pela maternidade ou não, entre outras questões.”

Outro debate de grande magnitude levantado por Farinha e Scorsolini-Comin (2018) quando se fala de identidade feminina, abarca o juízo de valor na relação entre a mulher e a estética. Este fator se faz bastante relevante na relação mulher e sexualidade e sua inclinação decisória entre ter ou não ter filhos, já que sua relevância e importância está pautada na adequação aos rígidos padrões estéticos estabelecidos.

Conforme Machado *et al.* (2019) a identidade de gênero tem sua construção histórica (quando analisada pela perspectiva foucaultiana) baseada nas relações de poder e saber, e os corpos, são um componente importante nesse jogo relacional. A construção centrada no cotidiano, do papel feminino, foi sendo moldada a partir de uma estruturação social voltada para manutenção do casamento e do tradicionalismo.

Machado *et al.* (2019), a partir das produções de Maffesoli (2010), traz luz sobre a construção da experiência de um grupo baseado nos acontecimentos do dia a dia. A experiência comum, de acordo com o autor, sustenta a composição e a manifestação do que é subjetivo, enquanto este está voltado para a integração com o coletivo. O sentimento, o imaginário individual e comum e como se entrelaçam são fatores centrais da vida social. De acordo com Machado *et al.* (2019, p. 4):

Perceber o cotidiano da cultura e sua produção de sentidos torna-se necessário para compreender a forma como o sujeito percebe, interpreta o mundo e a experiência, visto que a razão não é suficiente para explicar a complexidade da vida cotidiana ou dos modos de relação entre sujeito e mundo.

A pesquisa qualitativa com enfoque psicossocial de Mansur (2003, p.1):

[...] busca compreender e ultrapassar a abordagem tradicional e estigmatizada da não-maternidade e evidencia a complexidade dessa experiência moldada na intersecção entre história, cultura, sociedade, família e personalidade.

O autor inicia as discussões avaliando que ao gestar e maternar, a mulher “conserva sua identidade”, e salva-se, pois ali se mantém em um mundo conhecido como verdadeiramente feminino (Mansur, 2003)

A análise teórica proposta por Mansur (2003 *citado em* Goffman, 1982), aborda o conceito de estigma que ainda hoje conserva grande parte de seu significado original, quando avalia e qualifica as pessoas como dentro ou fora da normalidade, e para os que estão fora, são atribuídas características de desvalor.

No que tange a psicologia, Mansur (2003) abordando estudos de Badinter (1985), explora conceitos psicanalíticos baseados em observações clínicas, onde pode ser avaliado características fundamentais de uma mulher e seus traços desviantes. Freud e seus discípulos, de acordo com o autor, atribui à natureza feminina características como passividade,

masoquismo e narcisismo culminando em uma mulher feita para renúncia e sacrifício. Conforme o autor desviar-se de sua natureza (escolher não maternar) significaria necessariamente patologia e características como imaturidade e anormalidade.

Segundo Mansur (2003, *citado em* Badinter, 1985) esse equívoco no método de avaliação foi repetido por outros autores, que em verdade, avaliaram as características das mulheres que estavam em sua frente, e não souberam diferenciar traços inatos dos aprendidos, desconsiderando todos os fatores socioculturais que influenciam o comportamento.

O artigo exalta o valor deixado pelos postulados psicanalíticos pelo seu “tom científico” e seus prejuízos, além disso, prossegue: “as mulheres percebem que a imagem fixa da maternidade-fecundidade não lhes convém, pois são mães transitoriamente, enquanto o fato de serem mulheres é perdurável.” (Mansur, 2003 *citado em* Olivier, 1992, p. 3)

Mansur (2003 *citado em* Chodorow, 1990) entende que a maternidade não deve ser resumida à biologia, mas também aos mecanismos psicológicos e sociais.

Mansur (2003 *citado em* Kehl, 1998) retrata a realidade das meninas dos séculos passados (XVIII, XIX e início do século XX) que não puderam ter referenciais amplos e complexos de suas mães enquanto mulheres, pois essas eram resumidas apenas em serem mães.

Após debruçar-se sobre a análise da visão psicossocial da psicanálise Mansur (2002, p. 3) conclui:

Portanto, antigas teorias intrapsíquicas da motivação à não-parentalidade e não-maternidade não fornecem suporte empírico suficiente para as alegações de patologia, e as variáveis sociais, econômicas e culturais são também pertinentes e devem ser levadas em conta para a compreensão da escolha reprodutiva. É necessário que se compreenda o comportamento humano de maneira mais integrada, uma vez que em sua própria gênese não é possível estabelecer compartimentos estanques quanto à evolução biológica e cultural [...] a psicologia das pessoas não pode ser separada da sociedade e da cultura em que vivem.

III. Potenciais razões para optar pela não maternidade:

A partir da temática sobre a não maternidade, existem diversas razões pelas quais as mulheres optam por esse caminho. No entanto, os motivos mais frequentemente mencionados, tanto de forma explícita quanto implícita, estão relacionados à busca de uma carreira profissional, a necessidade de equilibrar as demandas pessoais e as responsabilidades familiares, assim como os relacionamentos amorosos mal sucedidos, conforme explicado abaixo:

a) Carreira profissional:

De acordo com Fidelis e Mosmann (2013), o aspecto financeiro atua como o principal determinante em relação à escolha pela não maternidade, devido à priorização da consolidação financeira e crescimento pessoal, considerando que o excesso de funções em relação à maternidade e a questão profissional é um grande desafio para mulheres atualmente.

Importante ressaltar, que conforme relata Fidelis e Mosmann (2013) a conciliação do trabalho e a maternidade é visto como possibilidade para muitas mulheres, porém, a dupla jornada faz-se um grande desafio contemporâneo. A independência financeira se estabelece como um fator central para a retirada de mulheres do âmbito da vulnerabilidade, seja ela interpessoal ou socioeconômica.

Segundo Barbosa e Rocha-Coutinho (2007) há uma forte relação entre os melhores anos para se dedicar a vida profissional e o tempo adequado para matinar, considerando características do aparelho reprodutor. Essa coincidência põe a mulher em lugar de decisão com base nas suas prioridades. Mulheres que optam por postergar a gestação para que haja melhores condições, em muitos casos, se veem em posição de que o momento ideal nunca chega.

O estudo exploratório de Barbosa e Rocha-Coutinho (2007), aponta uma forte relação entre o aspecto socioeconômico e a maternidade quando trata-se de mulheres de classe média e alta. Considerando o acesso ao planejamento familiar, apresentam um número inferior de filhos quando comparadas a classes mais abastadas, e assim, sofrem maior pressão em relação ao processo de assumir o papel materno. Em contrapartida, por possuírem maior inclinação para o sucesso profissional, se institui a necessidade de que se estabeleçam financeiramente por uma valorização da permanência em meio público por exercício profissional.

A conclusão dos autores Barbosa e Rocha-Coutinho (2007), após análise dos discursos das entrevistadas, salienta a importância de que cada mulher reconheça seus recursos e necessidades, considerando que há possibilidade de conciliar as duas atividades (profissional e materna), já que esse desejo faz parte da realidade de uma considerável parcela de mulheres na atualidade.

Os autores Patias e Buaes (2012) propõem que a profissão fortalece para a mulher a possibilidade, recentemente conquistada, de tornar-se fonte de renda, autoridade e independência e de permanecer nutrindo outros tipos de interesses privados. Mulheres não mães seguindo essa perspectiva abrem a discussão sobre novas representações femininas.

O aspecto financeiro, por sua vez, faz-se influente no adiamento da maternidade quando se assume a necessidade de estrutura monetária para a manutenção dos custos com a prole. (Patias & Buaes, 2012).

b) Abrir mão de si em função do outro:

De acordo com Patias e Buaes (2012) às representações discursivas empenhadas em função da mulher e a maternidade imputou ao grupo estudado uma vida de renúncias e sacrifícios dos prazeres, inerentes ao ideal identitário feminino.

Um dos pontos propostos pelo artigo aponta que as mulheres não mães abrem espaço para a discussão sobre o papel de determinadas condições advindas com a maternidade, como a felicidade e união plena de casais. A constatação das entrevistadas foi que a renúncia de si, nesse caso, não representa felicidade nem à mulher e nem ao casal.

De acordo com a literatura produzida por César *et al.* (2019), além da pressão pela maternidade, existe um consenso social sobre a “mãe em tempo integral” que impulsiona que mulheres abram mão de si e de seus empregos para que desempenhem uma maternidade considerada satisfatória. Esse aspecto abre margem para o sentimento de ambivalência e culpa,

pois abrir mão de si, da vida profissional ou da maternidade representará de alguma forma a ineficiência da mulher enquanto instituição feminina. Em decorrência desse fenômeno, se vê, não raramente, mulheres que assumem jornadas duplas de responsabilidade profissional e doméstica. Conforme César *et al.* (2019 citado em Halasi, 2018) a mulher passa por um processo de luto de si mesma em função da necessidade de constantemente negligenciar-se em função do outro.

Barbosa e Rocha-Coutinho (2007 citado em Bonini-Vieira, 1997) a maternidade prevê uma vida de prioridade máxima ao papel materno, vida condicionada aos cuidados dos filhos e do lar, mas essa construção social pode e deve ser questionada e alterada.

Na pesquisa de campo de Barbosa e Rocha-Coutinho (2007) as entrevistadas trazem termos como “ser mãe é padecer no paraíso” atribuindo à maternidade recompensas e sacrifícios. Trazem também o ideário de “sofrimento voluntário” que pode ser visto como forma de acomodar as aflições maternas para que seja possível enfrentá-las. A ausência dos sacrifícios de acordo com algumas das entrevistadas pode ser encarado com o mecanismo da culpa, onde surgem outros mecanismos compensatórios, ligados à tentativa de equilíbrio da mulher.

Segundo Silva e Frizzo (2014) a intensidade das demandas e sobrecarga das mulheres se relacionam diretamente com a diminuição do interesse sexual feminino e que na ausência da prole as mulheres tendem a direcionar maior energia aos seus próprios desejos. O estudo relaciona a ausência de filhos com maiores índices de bem estar entre os casais.

Machado *et al.* (2019) reforçam, que em alguns contextos sociais, o espaço doméstico e materno ainda se constitui como o ambiente natural da mulher, e que para exercício dessas funções sua identidade subjetiva tende a ser anulada.

Os autores abordam outras formas de maternagem que podem ser assumidas e ou imputadas às mulheres na ausência de filhos, já que maternidade seria a forma mais literal de mulheres serem responsáveis pela afetividade e cuidado, mas não a única. Importante ressaltar, que em contextos de impossibilidade de gestar ou na ausência desse desejo, outras formas de maternagem são canais de afeto escolhidos por algumas mulheres. A pesquisa qualitativa de Machado *et al.* (2019) aborda casos de mulheres que manifestam sua maternagem ao cuidar de seus sobrinhos e outros familiares para suprir o possível “vazio” deixado pela não maternidade. Assim se sentem realizadas e completas conforme relato: *“E como eu tenho muitos sobrinhos, eles preenchem aquilo. Então isto nunca... Mas eu nunca me incomodei de não ter filhos não. E até muito tempo na minha vida eu não incomodava em não ter filhos não. Meus sobrinhos me preenchem. [...]”* (Gardenia, 68 anos).

Por outro lado, há uma cobrança de ocupar o papel de cuidadora e estendê-lo ao alcance de todos, pela ausência de filhos, o que no caso de uma das entrevistadas da pesquisa se estabelece como incômodo por se tratar de uma obrigação: *“[...] só este lado que as pessoas querem mais de você, achando que porque você não tem filho você pode dar [risos] outras obrigações.... Alguém adoeceu, sou eu que vou, todo mundo me cobra isto”* (Magnólia, 52 anos). Em alguns casos essa responsabilidade pode gerar ambivalência pois pode ser manifestado o incômodo em coexistência com a satisfação de se sentir útil: *“Eu cuido de todo mundo, de minhas irmãs, meus sobrinhos, de quem precisar de mim. [...] Eu nasci para ser mãe diferente, para cuidar dos meus sobrinhos.”* (Magnólia, 52 anos).

Os autores Machado *et al.* (2019, p. 10) concluem que: “o processo de cuidar de outro,

de certa forma, pode redimi-las de uma culpa, e, ao mesmo tempo, justifica a não maternidade.”

c) Relacionamentos amorosos:

A pesquisa de Fidelis e Mosmann (2013) mostra que, apesar das participantes não apontarem os relacionamentos fracassados como uma consequência de sua impossibilidade de exercer a maternidade, após ultrapassarem a idade fértil, isso foi evidenciado nas falas, pois a instabilidade e insegurança de estar ou não com um bom parceiro interfere no adiamento ou desistência sobre a maternidade: *“Fui noiva quando tinha 19 anos, provavelmente se não tivessem acontecido algumas coisas, eu teria casado.”* Em contrapartida, a única participante que informou ter um bom relacionamento, complementou dizendo que a independência de ambos e o companheirismo são fatores que corroboram para a preservação do vínculo afetivo do casal. Destaca-se que a idade e tempo de relacionamento desta entrevistada exime a relação entre a idade fértil e o alto índice de conflitos amorosos em comparação às outras participantes. (Fidelis & Mosmann, 2013).

Continuando com essa mesma linha de raciocínio, o estudo de Mansur (2003) com oito mulheres sem filhos, também evidenciou os impactos dos relacionamentos na tomada de decisão sobre a maternidade. Uma das colaboradoras manifesta: *“é preciso amar um homem para ter filhos e constituir família”*. Outra participante informa que a concepção de um ser é muito mais do que o encontro de óvulos e espermatozoides, uma vez que são frutos de um relacionamento amoroso que até o presente momento da entrevista, não havia se concretizado. De maneira geral, as mulheres que mais apresentaram o desejo maternal nesta experiência, além das dificuldades para gestar, obtiveram parceiros considerados inadequados.

Segundo a revisão bibliográfica realizada por Farinha e Scorsolini-Comin (2018), a decisão voluntária por não ter filhos se propõe como algo complexo, e tem grande impacto na vida conjugal. A não filiação está ligada a melhores índices de bem-estar e maior tempo para dedicar-se ao parceiro, de modo que o casal possa assumir um papel menos tradicional, podendo investir em metas a experiências a dois (Farinha & Scorsolini-Comin, 2018 citado em Silva & Frizzo, 2014). Entretanto, a satisfação conjugal contempla tanto as necessidades individuais quanto as esperadas pelo companheiro. Partindo do pressuposto que quanto maior o investimento, melhor a relação, entende-se que a maternidade pode aprofundar ou afundar o relacionamento, considerando que os cônjuges que possuem parentalidade atribuem menos satisfação na relação amorosa. Em outras palavras, depende das expectativas particulares e coletivas do casal. (Farinha & Scorsolini-Comin, 2018).

De acordo com a revisão narrativa de literatura elaborada por Silva e Frizzo (2014) com casais sem filhos por opção, informa que, apesar de não ser uma decisão fácil abrir mão da filiação, casais que optaram por este caminho não apresentam maiores dificuldades nos relacionamentos conjugais comparados aos casais que optaram por ter filhos. O artigo discorre sobre a perspectiva do casal, sobretudo em três pontos: 1. Fatores para não ter filhos; 2. Influência da sociedade e cultura; 3. Impactos emocionais e sociais. Posto isto, avaliando mais a fundo a conjugalidade dos que renunciaram a parentalidade, a literatura de Silva e Frizzo (2014) baseada nos estudos de Mawson (2005) refuta a opinião socialmente aceita de que estes casais não possuam boas relações, visto que as pesquisas revisitadas por Mawson apontaram que estes cônjuges apresentaram maior nível de igualdade, compromisso, intimidade e afeto para com o outro. Quanto a vida social dessas pessoas, ainda segundo o estudo de Mawson (2005), mesmo que houvesse sentimentos de exclusão, era uma situação vista como temporária, uma vez que os relacionamentos acadêmicos e profissionais, por exemplo, eram positivos. No

entanto, as mulheres que relataram se afastar das amigas que possuem filhos, justifica-se pela redução do tempo vago e dos interesses em comum.

IV. Preconceito e pressão externa:

Dentre as categorias e subcategorias discutidas e apresentadas na pesquisa de Fidelis e Mosmann (2013), algumas participantes relataram ter sofrido alguma discriminação em virtude da não maternidade. De modo geral, as pessoas acreditavam que essas mulheres possuíam algum problema biológico, além de considerá-las verdadeiras “solteironas”.

Conforme essa mesma abordagem, no estudo qualitativo realizado com dezoito mulheres para avaliar as narrativas de mulheres sem filhos a respeito da maternidade e da não maternidade, o preconceito também foi expresso em algumas falas das entrevistadas, como, por exemplo: “*ah, ela não conseguiu casar, ah, ela não conseguiu ter filhos*”. Essa crítica só reforça a discriminação vivenciada por mulheres que de fato optaram por não serem mães. (Machado *et al.*, 2019).

O estudo exploratório de Barbosa e Rocha-Coutinho (2007), entrevistou quatro mulheres a fim de compreender como as mulheres estavam enxergando a maternidade e a possibilidade de adiar ou não ser mãe. Nesse sentido, a pressão externa foi tema de discussão. As participantes mencionaram que já foram apontadas como “coitadas”, inférteis, além da dificuldade para lidar com a pressão externa sobre a previsão de um filho, utilizando justificativas de planejamento futuros para desviar-se das cobranças (“*não, tô planejando pro ano que vem*”), ausência de coragem para assumir que não pretende ter filhos (“*não quero filhos, eu sempre “não posso”, “não dá”, “não sei”, “será que eu posso? Nunca parei de tomar pílula*”) e até mesmo o alívio em corresponder às expectativas sociais para não sofrer mais com as exigências (“*tá todo mundo feliz, tô casada, tenho minha filha, meu trabalho, cumpro com minha obrigação (risos)*”).

Barbosa e Rocha-Coutinho (2007) ao revisitar os escritos de Trindade e Enumo (2002), identificaram que haviam poucas referências que faziam menção à infertilidade masculina, sugerindo que as complicações reprodutivas advinham sempre das mulheres. As metáforas depreciativas e associativas da mulher-natureza também foram apresentadas (“*árvore sem frutos*”, “*terra árida*”), sinalizando a permanência do estigma da infertilidade feminina e a visão pejorativa do pensamento social sobre as mulheres que não querem ser mães e sobretudo das que não podem.

Apesar das transformações sociais e das pautas discutidas sobre a não maternidade, esses estereótipos só reforçam as diferenças de gêneros pré estabelecidas socialmente, visto que ainda hoje a maternidade é vista como parte da essência e da identidade da mulher (César *et al.*, 2019). A produção de Rios e Gomes (2009) citada no artigo de César *et al.* (2019), afirma que as mulheres que não desejam ser mães e assim o fazem, ficam sob o olhar de estranhamento social, pois essa escolha é encarada como uma anormalidade. Portanto, ao violar esse papel social doutrinado desde cedo, as mulheres são julgadas como estranhas, egoístas e até como sujeitos que não querem respeitar o papel celestial que lhes foi destinado.

O estudo de César *et al.* (2019) ressalta a necessidade dos espaços de discussão sobre a romantização da maternidade, da não maternidade e da subjetivação de cada mulher, considerando que não são e que não precisam ser homogêneas. Além da participação masculina nesse processo de desconstrução, assumindo a responsabilidade paternal como igual a maternal,

para romper com a ideia de que as mulheres são as únicas encarregadas pela criação dos filhos, tal como a maternidade como um fim inevitável para as mulheres.

5 CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abarcando a pluralidade do grupo estudado, faz-se justa a afirmação de que a reflexão frente à maternidade se propõe para todas as mulheres, em todos os lugares do mundo, e essa abrangência torna o tema relevante para análise acadêmica.

Conclui-se que o aspecto central da escolha pela não maternidade está pautado na atual relevância da mulher no cenário profissional, considerando que a estabilidade financeira além de prestígio social, tira a mulher de um cenário de vulnerabilidade, a coloca em posição de tomada de decisão e abre margem para a exploração de novas configurações de satisfação pessoal.

Abrangendo a potencialidade da cultura na formação de visão de mundo, a ambivalência se posiciona de maneira essencial na discussão sobre a não maternidade, pois o ápice da felicidade nunca pode ser constatado quando em uma escolha mora uma renúncia. Contemplamos realidades de mulheres que, seguras de suas decisões, mostraram dúvidas se teriam sido mais felizes com direções de vida diferentes. A pressão social se configura como um fator importante para a manifestação da ambivalência, que de maneira geral, pode trazer prejuízo emocional para uma parcela de mulheres.

A flexibilização dos conceitos de família, além de retirar o protagonismo compulsório das mulheres na criação dos filhos, mostra que nem todos os casais priorizam a filiação, e que essa decisão pode, em alguns casos, representar saúde nos relacionamentos.

A psicanálise se debruçou sobre o assunto, porém, limitando-se aos referenciais contextuais de seu momento histórico, todavia, reconheceu-se a necessidade de olhar a constituição da personalidade e identidade com a sua característica multifatorial.

Considerando os componentes destacados, respondemos a pergunta norteadora: “Como a escolha pela não maternidade influencia a construção da identidade feminina?” A escolha pela não maternidade sugere novas configurações sociais que visam o equilíbrio entre os gêneros e as relações, concedendo oportunidades que geram bem estar e felicidade às mulheres, a partir da saúde do elo consigo mesma e com seu entorno. Por outro lado, a escolha pela não maternidade pode contribuir para manifestações de sofrimento emocional, como culpa e incerteza, e no aspecto identitário pode gerar um cenário inconsistente quando diz respeito aos referenciais.

Salienta-se que o tema possui uma gama de estudos qualitativos que nos permite ter uma lente ampliada sobre amostragem de mulheres estudadas, mas se faz necessário análises quantitativas para consolidar hipóteses sobre esse campo de estudo.

6 REFERÊNCIAS

- Alves, J.E.D. (2018). O nascimento da pílula anticoncepcional e a revolução sexual e reprodutiva. *EcoDebate*, ISSN 2446-9394. <https://www.ecodebate.com.br/2018/11/26/o-nascimento-da-pilula-anticoncepcional-e-a-revolucao-sexual-e-reprodutiva-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>
- Badinter, E. (1985). *Um Amor Conquistado: o Mito do Amor Materno* (8ª ed.). Nova Fronteira.
- Barbosa, P.Z., & Rocha-Coutinho, M.L. (2007). Maternidade: novas possibilidades, antigas visões. <https://www.scielo.br/j/pc/a/X3dyWtRFFffY8wnyZMgzgYd/abstract/?lang=pt#>
- Bonini-Vieira, A. (1997). Definidas pela negação, construídas na afirmação: A perspectiva de mulheres não mães sobre a maternidade e seu projeto de vida. Dissertação de Mestrado, EICOS, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Capuchinho, N.C.D. (2019). Mulheres no Brasil dos anos 1970: militância, mídia e padrão de beleza. *Revista Extraprensa*, 12(2), 157-178. <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/155487>
- Carneiro, M.E.R. (2006). Procura-se “preta, com muito bom leite, prezada e carinhosa”: Uma cartografia das amas-de-leite na sociedade carioca (1850-1888). https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5162/1/2006_Maria%20Elizabeth%20Ribeiro%20Carneiro.pdf
- César, R.C.B. *et al.* A romantização da maternidade e a culpabilização da mulher. *Revista Mosaico*. <http://editora.universidadedevassouras.edu.br/index.php/RM/article/view/1956/1342>
- Chodorow, N. (1990). *Psicanálise da Maternidade: uma Crítica a Freud a Partir da Mulher*. Rosa dos Tempos.
- Emidio, T.S., & Hashimoto, F. (2008). Poder feminino e poder materno: Reflexões sobre a construção da identidade feminina e da maternidade. *Colloquium Humanarum*, 5(2), 27-36. <https://journal.unoeste.br/index.php/ch/article/view/289/586>.
- Farinha, A.J.C., & Scorsolini-Comin, F. (2018). Relações entre não Maternidade e Sexualidade Feminina: Revisão Integrativa da Literatura Científica. *Rev. Psicol. IMED*, 10(1), 187-205. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-50272018000100013&lng=pt&nrm=iso
- FGV-IBRE. (2022). Educação é cada vez mais importante para recuperar a participação da mulher no mercado de trabalho. Blog da Conjuntura Econômica. <https://ibre.fgv.br/blog-da-conjuntura-economica/artigos/educacao-e-cada-vez-mais-importante-para-recuperar-participacao>
- Fidelis, D.Q., & Mosmann, C.P. (2013). A não maternidade na contemporaneidade: um estudo com mulheres sem filhos acima dos 45 anos. *Aletheia*, 42(1), 122-135. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942013000300011&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt
- Goffman, E. (1982). *Estigma: Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Zahar.
- Habermas, J. (1983). *Para a reconstrução do materialismo histórico*. Brasiliense.
- Halasi, F.S. (2018). *A mulher brasileira contemporânea e a maternidade da culpa*. Tese de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2015). *Sistemas de Estatísticas Vitais*.
- Kehl, M.R. (1998). *Deslocamentos do Feminino: a Mulher Freudiana na Passagem Para a Modernidade*. Imago.

- Leis, L. *et al.* (2013). Avaliação da sexualidade de mulheres inférteis. *Reprodução & Climatério*, 27(3), 86-90. <https://doi.org/10.1590/S0100-720320140004952>
- Lima, J.B. (2009). *Maternidade e antimaternidade lúcida: a escolha é sua*. HAMA Editora.
- Louro, G.L. (2007). Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. *Educação em Revista*, 46, 201-218.
- Machado, J.S. *et al.* (2019). Cinderela de sapatinho quebrado: maternidade, não maternidade e maternagem nas histórias contadas pelas mulheres. *SAÚDE DEBATE*, 43(123), 1120-1131. <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/gNVpQTvHSW8GhbJfhbsNv8K/?lang=pt&format=pdf>
- Maffesoli, M. (2010). *O conhecimento comum: introdução à sociologia compreensiva*. Sulina.
- Magalhães, T. A. L. de. (1980). O papel da mulher na sociedade. *Revista Da Faculdade De Direito, Universidade De São Paulo*, 75, 123-1. <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/66895>
- Maheirie, K. (2002). Constituição do sujeito, subjetividade e identidade. *Interações*, 7(13), 31-44. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-29072002000100003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt
- Mansur, L.H.B. (2003). Experiências de Mulheres sem Filhos: a Mulher Singular no Plural. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 23(4), 2-11. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932003000400002
- Mawson, D.L. (2005). *The meaning and experience of voluntarily childlessness for married couples*. Tese de Doutorado não publicada, University of British Columbia, Faculty of Graduate Students – Counselling Psychology.
- Meyer, D.E. (2000). As mamas como constituintes da maternidade: uma história do passado? *Educação & Realidade*, 25(2), 117-133.
- Oliveira, P. B. (2007). *A mulher atual e a representação da maternidade (Dissertação de mestrado)*. Universidade Católica De Pernambuco. https://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-82088/a-mulher-atual-e-a-representacao-da-maternidade#google_vignette
- Olivier, C. (1992). *Los Hijos de Yocasta: la Huella de la Madre*. Fondo de Cultura Económica.
- Otoni, C.R., & Pimenta, P.R. (2018). A representação psíquica da maternidade e sua relação com o alto índice de ocorrência de gravidez na adolescência na população de baixa renda. *Revista Interdisciplinar Ciências Médicas*. <https://revista.fcmmg.br/index.php/RICM/article/view/37/27>
- Patias, N.D., & Buaes, C.S. (2012). "Tem que ser uma escolha da mulher"! Representações de maternidade em mulheres não-mães por opção. <https://www.scielo.br/j/psoc/a/Pkt7hm5DjrWrtk6KzqwgrYj/>
- Pratta, E.M.M., & Santos, M.A. (2007). Família e adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros. *Psicologia em Estudo*, 12(2), 247-256.
- Silva, I.M., & Frizzo, G.B. (2014). *Ter ou Não Ter? Uma Revisão da Literatura sobre Casais Sem Filhos por Opção*.
- Silva, T.T. (1999). *Documentos de Identidade. Autêntica*.
- Trindade, Z.A., & Enumo, S.R.F. (2002). Triste e incompleta: Uma visão feminina da mulher infértil. *Psicologia USP*, 13(2), 151-182.
- UNFPA. (2018). *O Poder de Escolha: Direitos Reprodutivos e a Transição Demográfica*. https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/SWOP_2018.pdf

A ESCOLHA PELA NÃO MATERNIDADE E SUA INFLUÊNCIA NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE FEMININA

Zanatta, M.S. (2011). Nas teias da identidade: contribuições para a discussão do conceito de identidade na teoria sociológica. *Revista da Faculdade Erechim*, Rio Grande do Sul. https://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/132_232.pdf